

# TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

## TOURISM AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE KNOWLEDGE SOCIALIZATION IN SCIENCE JOURNALS

Sara Massotti Bonin<sup>1</sup> Suzana Maria De Conto<sup>2</sup> Marli Borsoi Pereira<sup>3</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8i2p177>

### RESUMO<sup>4</sup>

Os periódicos científicos caracterizam-se como meios de divulgação da produção científica de determinada área, sendo importantes canais para a socialização do conhecimento. A análise dos periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo no Brasil permitiu examinar o que vem sendo produzido e socializado sobre Educação Ambiental [EA] nesses canais. Dos oito periódicos analisados, em quatro constam artigos que versam a temática, como objeto de estudo. Do total de 1.652 trabalhos publicados no período de 1990 a 2014, quatro artigos [0,24%] estão distribuídos em quatro periódicos [RBTur, Revista Hospitalidade, Revista Turismo e Sociedade e Revista Turismo – Visão e Ação]. Identificou-se cinco autores distribuídos em três instituições de ensino participando dessa socialização do conhecimento. Constatou-se escassez de estudos em Educação Ambiental, sugerindo-se sua continuidade por meio da análise de como os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo internalizam a temática em suas linhas de pesquisa, projetos e disciplinas.

### PALAVRAS-CHAVE

Turismo. Educação Ambiental. Periódicos científicos. Brasil.

### ABSTRACT

Scientific journals are important channels for the socialization of knowledge and dissemination for the scientific production. The analysis of the periodicals tied to the Tourism Graduate

---

<sup>1</sup> **Sara Massotti Bonin** – Mestra. Professor da Faculdade Senac Porto Alegre, Porto Alegre, RS. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3231847790106654> E-mail: [saramassotti@hotmail.com](mailto:saramassotti@hotmail.com)

<sup>2</sup> **Suzana Maria De Conto** – Doutora. Professor da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3201645229745547> E-mail: [smcmande@ucs.br](mailto:smcmande@ucs.br)

<sup>3</sup> **Marli Borsoi Pereira** - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais da Universidade de Caxias do Sul. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0193105555413998> E-mail: [marliborsoi@hotmail.com](mailto:marliborsoi@hotmail.com)

<sup>4</sup> **Nota:** A primeira versão deste estudo foi apresentada no XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) 2015. O presente artigo contém dados atualizados e novas inserções teóricas sobre o tema analisado.

Programs [Stricto Sensu] in Brazil allowed examining the text about Environmental Education (EE). Eight journals were analyzed and four presented articles that deal with EE. From the total of 1,652 papers published from 1990 to 2014, four articles [0.24%] are published in four journals [RBTur, Revista Hospitalidade, Revista Turismo e Sociedade and Revista Turismo Visão e Ação]. Seven authors, from three different educational institutions were identified as contributors of this knowledge socialization. It was verified a lack of studies in Environmental Education and it suggested the continuity of the analysis on how the Tourism Graduate Programs [Stricto Sensu] internalize the theme in its lines of research, projects and courses.

## KEYWORDS

Tourism. Environmental Education. Scientific Journals. Brazil.

## INTRODUÇÃO

O Turismo é uma atividade complexa, de caráter multifacetado, cujos impactos interferem não somente nas dimensões econômicas, como também no social, no político, no cultural e no ambiental. Sendo assim, as relações que se estabelecem entre este e o Meio Ambiente são indissociáveis, a dimensão ambiental podendo ser destacada e analisada no sentido de sensibilizar todos os envolvidos que buscam o desenvolvimento sustentável da atividade. Nesse contexto, verificam-se estudos relacionados à dimensão ambiental em empreendimentos turísticos como, por exemplo, gestão de resíduos sólidos em meios de hospedagem (Sperb & Telles, 2014); sistemas de gestão ambiental na hotelaria (Bernardelli Junior et al., 2014); certificação sustentável em meios de hospedagem (Souza & Alvares, 2014). Ou, ainda, em áreas relacionadas ao Turismo, como gestão ambiental no setor gastronômico (Acre & Castilho, 2013); gestão de resíduos sólidos aeroportuários (Kunz; De Conto & Demori, 2015); gestão ambiental em espaços de lazer (Cabral; Dias & Gomes, 2015), entre outros.

A disseminação da discussão sobre questões ambientais em diferentes camadas e setores da sociedade acaba por envolver também o setor da Educação e, conseqüentemente, as Instituições de Ensino Superior (Tauchen & Brandli, 2006). Para De Conto (2010), as Instituições de Ensino Superior [IES] possuem um importante papel social como responsáveis pela produção e socialização do conhecimento, além da formação de recursos humanos. Coimbra (2011) também destaca a necessidade das instituições de ensino, como um dos principais núcleos da sociedade, oportunizarem a formação de cidadãos críticos e conscientes ambientalmente. Nesse sentido, a autora afirma que a Educação Ambiental [EA] pode ser considerada um elemento de fomento às mudanças desde que seja implementada através de práticas a serem aplicadas, não apenas no nível superior, mas em todos os níveis de ensino – como prevê a Política Nacional de Educação Ambiental [PNEA].

A produção do conhecimento científico desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação é realizada, ou pelos projetos de pesquisa, ou por meio de dissertações e teses que, como decorrência, podem ser divulgadas em periódicos científicos. Os periódicos científicos caracterizam-se, portanto, como meios de divulgação da produção científica de determinada área, sendo importantes canais para a socialização do conhecimento. Em sua pesquisa “O Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil”, Reigota (2007) sinaliza a necessidade de se ampliar, estimular e diversificar a pesquisa em EA nos Programas de Pós-Graduação de todas as áreas. Enfatiza a necessidade de intensificar os intercâmbios

internacionais nos quais os/as pesquisadores/as brasileiros/as possam dialogar com os seus pares e vivenciar outros contextos políticos, culturais, sociais, educacionais e ecológicos.

A difusão da produção brasileira deve ser também estimulada, para que os/as pesquisadores possam ampliar a sua participação e influência (inter)nacional na definição de políticas públicas para a educação ambiental, linhas de pesquisa e docência sobre o tema. (...). Essa produção científica (em muitos casos, realizada com dinheiro público) é uma contribuição valiosa para o desenvolvimento da educação ambiental no Brasil e o será até o momento em que não seja mais necessário adjetivar a educação (Reigota, 2007, p. 56).

Diante desse contexto, o objetivo do presente estudo é o de verificar como a Educação Ambiental (EA) é contemplada em periódicos eletrônicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo, no Brasil.

## **TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Na concepção de Sachs (2002), a constatação de que o crescimento econômico estava acima das possibilidades dos recursos do planeta foi indicada pela primeira vez nas décadas de 1960 e 1970, com a publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, o qual discutia pela primeira vez a impossibilidade de um crescimento infinito a partir de recursos escassos. Com base nesse relatório foram realizados vários encontros com a participação de diversos países na busca de soluções que reduzissem os danos causados à natureza, trouxessem igualdade social e que mantivessem o desenvolvimento econômico. Segundo Jacobi (1999), para atingir a sustentabilidade são essenciais a participação e o engajamento de grupos e populações, no sentido de haver uma participação democrática com relação à situação ambiental. A responsabilização da sociedade é a chave para crescer com menor impacto ao ambiente. Embora existam ações que garantam a participação popular no poder e nas decisões regionais, ainda, são necessários muitos esforços no sentido de fortalecer a atuação social para que se alcance a sustentabilidade.

Analisando as relações entre educação e meio ambiente, a educação ambiental “pode ser definida como uma educação que dialoga com o ambiente do qual emerge, considerando as demandas socioambientais e as características que cada cultura possui, abrindo caminho a uma educação dinâmica, transformadora e culturalmente relevante” (Luzzi, 2012, p. 18). Em se tratando de bases legais, no Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída através da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, prevê que todos os cidadãos tem direito à educação ambiental, que é definida como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999). A Lei divide as demandas da EA em duas categorias: educação formal que envolve as instituições de ensino [da educação básica ao ensino superior] e a educação não formal que abrange todos os demais segmentos da sociedade, entre eles as empresas. O Artigo 13 da PNEA trata do âmbito da educação não formal definindo-o como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. O parágrafo único desse artigo afirma que o poder público incentivar,

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais; IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; VI - a sensibilização ambiental dos agricultores; VII - o ecoturismo (Brasil, 1999).

Já o Programa Nacional de Educação Ambiental [ProNEA], regulamentado pela PNEA, constitui-se num instrumento de gestão cujas ações visam a integração das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - através do envolvimento e participação social, na proteção e conservação ambiental. Assim, no ProNEA está previsto que a prática da EA deve ir além da disponibilização de informações, contribuindo para a socialização de conhecimentos.

[...] o ProNEA pode e deve dialogar com as mais amplas propostas, campanhas e programas governamentais e não governamentais em âmbitos nacional, estadual e municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estas reflexões e práticas marcadamente ambientalistas e educacionais. Em conjunto com esses programas, são propostas ações educacionais fundadas e voltadas ao ideário ambientalista, permitindo a formação de agentes, editores, comunicadores e educadores ambientais, apoiando e fortalecendo grupos, comitês e núcleos ambientais, em ações locais voltadas à construção de sociedades sustentáveis. (Ministério do Meio Ambiente, 2014, pp. 24-25).

Outro instrumento de gestão em EA é a Resolução Nº 422, de 23 de março de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente [CONAMA], que estabelece “diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não-formal, realizadas por instituições públicas, privadas e da sociedade civil” (Brasil, 2010). Esta resolução vem subsidiar os empreendimentos, em razão da necessidade de garantir que as políticas de meio ambiente abordem a Educação Ambiental em consonância com a PNEA e com o ProNEA. Sendo assim, observa-se que existem pelo menos três documentos legais que embasam o desenvolvimento da educação ambiental não formal no País: a PNEA (Brasil, 1999); o ProNEA (Ministério do Meio Ambiente, 2014) e a Resolução Nº 422, de 23 de março de 2010, do Conama (Brasil, 2010). Os instrumentos legais são estabelecidos no sentido de garantir o desenvolvimento da educação ambiental não formal, haja vista sua relevância para toda a sociedade, considerando que a mesma é voltada para a sensibilização da coletividade, por meio da socialização do conhecimento.

Quanto à educação formal, a PNEA incumbe as instituições educacionais de promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvam, salientando que a Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Porém, quando se fizer necessário, nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da EA é facultada a criação de disciplina específica (Brasil, 1999). Kraemer (2004) destaca que as IES estão cada vez mais conscientes do papel que devem cumprir na preparação das novas gerações para um futuro sustentável, compartilhando a convicção de que o progresso econômico e a proteção ambiental estão indissolúvelmente ligados. No mesmo sentido, Batista (2014) afirma que as IES devem repensar o seu papel

dentro da sociedade, visto que os trabalhos desenvolvidos pelas mesmas podem ter um efeito multiplicador, pois cada acadêmico, professor ou colaborador, sensibilizado pelas demandas ambientais, interfere e influencia a sociedade nas mais variadas áreas de atuação. Denicol (2013) esclarece que

[...] cabe às Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, conforme o que determinam os princípios e objetivos fixados pela Política Nacional de Educação Ambiental, a capacitação de recursos humanos, no sentido de formação, especialização e atualização de profissionais de todas as áreas do conhecimento, a contribuírem com a difusão de instrumentos e metodologias relacionadas à sensibilização para a Educação Ambiental (Denicol, 2013, pp. 31-32).

Contextualizando a Educação Ambiental no âmbito acadêmico, Tomazello (2005) elaborou uma análise das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental catalogadas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes], no período de 1987 a 2001. Foi identificado pelo autor que a maioria das dissertações e teses foi realizada em faculdades de Educação e, em sua maioria, trata-se de pesquisas qualitativas. Além disso, a pesquisa notou a falta de linhas de pesquisa de Educação Ambiental nos Programas de Pós-Graduação, em especial na área de Educação. A diversidade de áreas, de instituições e de orientadores, sugere que o tema da pesquisa é muito mais uma opção do acadêmico do que uma linha de pesquisa do programa (Tomazello, 2005). Souza et al. (2013) em sua pesquisa exploratória sobre as características da produção científica das teses e dissertações que tratam do tema sustentabilidade ambiental em programas *stricto sensu* de Administração, do Brasil, reconhecidos pela Capes, no período de 1998 a 2009, analisaram 13.656 teses e dissertações, entre as quais foram encontradas 529 relacionadas à área ambiental, classificadas em 26 categorias. Os resultados da pesquisa, segundo os autores, mostram que houve crescimento do volume total de teses e dissertações no País, que foi acompanhado pelo total de trabalhos defendidos na dimensão ambiental, especialmente no período 2005 a 2009.

Os dados mostraram uma predominância de teses e dissertações voltadas para os temas: gestão ambiental, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade empresarial, gestão de resíduos, marketing verde, turismo sustentável, sistema de gestão ambiental, mecanismo de desenvolvimento limpo, energias alternativas e recursos hídricos que correspondem a 76,4% dos trabalhos (Souza et al., 2013, p. 1).

Peloso et al. (2013) ao fazerem um balanço da produção científica na área da Administração de Empresas no Brasil, sobre sustentabilidade ambiental, no período 2008 a 2012, identificaram como subtemas predominantes a Estratégia [36% da produção total], Produção [29%], Marketing [18%], Recursos Humanos [10%] e Finanças [7%]. Esses autores observaram que nos últimos anos, entre os objetos de estudos dos autores com mais artigos publicados, ocorreu grande interesse na busca por modelos de medida de desempenho da sustentabilidade nas empresas, analisando o gerenciamento de práticas de inovação orientadas para o crescimento da sustentabilidade ambiental nas organizações.

Ainda muito citado, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), bem como o Marketing Social, objetivam inter-relacionar as organizações e sociedade em prol de um desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, aproveitar oportunidades de crescimento dos resultados para a empresa. O Consumo Sustentável também foi focado pelos autores, tanto para o aspecto governamental quanto social (Peloso et al., 2013, p. 4).

De acordo com os mesmo autores, foi mais abordados nas publicações selecionadas, dentro da temática sustentabilidade, o comportamento para reciclagem dos resíduos sólidos domiciliares, ferramentas para avaliação de sustentabilidade, ISE, marketing social, gestão ambiental, inovação tecnológica, comportamento para o consumo sustentável, papel do governo no auxílio ao consumo sustentável e análise ao comportamento das empresas para as práticas sustentáveis, sendo por exigências legais ou por proatividade. Concluem que “dentro da perspectiva ambiental, apesar das pesquisas sobre o tema estarem em constante evolução, ainda é muito pouco explorado e aplicado, pelo que se percebeu na análise bibliométrica” (Peloso et al., 2013, p. 7). Souza & Salvi (2011) elaboraram um mapeamento, a partir do Banco de Teses da Capes, das dissertações e teses produzidas nas pós-graduações *stricto sensu* brasileiras no período de 2003 a 2007 sobre a temática educação ambiental como objeto de pesquisa. As autoras observaram na caracterização da produção realizada, que os cursos da área de Educação tiveram a maior produção e que a grande maioria das pesquisas é caracterizada por dissertações. Esta produção é distribuída em 103 IES, destacando-se as instituições privadas. Com relação à distribuição geográfica, o estudo identificou que a produção engloba todas as regiões do Brasil, tendo destaque as regiões Sudeste e Sul. As autoras ainda observaram que os cursos da área de Educação tiveram a maior produção e que a grande maioria das pesquisas é caracterizada por dissertações.

Segundo a pesquisa de Souza & Salvi (2011), o Turismo é uma das áreas com menos de 1% do total e ficou agrupado com outras vinte e quatro áreas, totalizando apenas 8,85% de pesquisas com a temática referida. O estudo possibilitou ter uma visão abrangente da distribuição e diversidade de pesquisas e da grande quantidade produzida no referido período analisado. Com relação ao Turismo, Denicol e De Conto (2014) mapearam como a educação ambiental foi contemplada na produção do conhecimento nas dissertações dos programas *stricto sensu* em Turismo no Brasil no período de 1997 a 2011. Durante o estudo, as autoras identificaram em seis programas, de seis IESs [Universidade do Vale do Itajaí; Universidade de Caxias do Sul; Universidade Anhembi Morumbi; Universidade Estadual do Ceará; Universidade Nacional de Brasília; Universidade Federal do Rio Grande do Norte], dez dissertações com a expressão *educação ambiental* contida no título, resumo ou nas palavras-chave. Entretanto, os resultados obtidos com a pesquisa após leitura e análise na íntegra das dissertações, revelaram que apenas cinco delas apresentavam, do ponto de vista metodológico, a educação ambiental como objeto de estudos, sendo as pesquisas realizadas em instituições da região sul do país [UNIVALI e UCS].

Referente à produção do conhecimento em eventos, Denicol, De Conto e Kunz (2012) analisaram as seis edições do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SeminTur, no período de 2003 a 2010. No total, identificaram 748 artigos publicados. Buscando os trabalhos que possuíam como objeto de estudo a EA, localizaram a expressão Educação Ambiental no texto como um todo. Os resultados dessa pesquisa apontaram que 21 artigos [2,8% do total] contemplavam o tema. Diante disso, os autores reiteram a importância das instituições de ensino superior em promover ações que contemplem a EA nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, no sentido de internalizar o que é determinado pela Política Nacional de Educação Ambiental.

No que tange a estudos sobre a temática ambiental nos cursos de graduação em Turismo, destacam-se importantes contribuições de Lobo (2008), Villa Gonzalez (2008) e Bernardo (2010). Com relação à ênfase ambiental nos cursos de bacharelado em Turismo, Lobo (2008) elaborou um estudo com objetivo de analisar tais cursos se com ênfase e/ou habilitação em áreas afins ao meio ambiente e identificar diferenças e semelhanças quanto à matriz

curricular, ementas e infraestrutura. Com base em um estudo de caso envolvendo três cursos de IES públicas que abordam diretamente a ênfase ambiental em seus objetivos, os resultados identificaram que os referidos cursos ofertam uma carga horária dedicada aos temas ambientais que varia entre 15,65% e 18,91% do total de sua integralização curricular (Lobo, 2008). Através dessa pesquisa é possível considerar que mesmo em cursos de graduação em Turismo com ênfase ambiental, a carga horária específica para a abordagem de temas ambientais é pequena, não alcançando um quarto da carga horária total.

Outro exemplo de pesquisa científica relacionada à graduação foi a de Villa Gonzalez (2008), que realizou um estudo acerca da temática ambiental e os cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo. Com o levantamento foram identificados 124 cursos, sendo que 118 proporcionam uma formação generalista e seis apresentam ênfases em suas propostas. Desses seis cursos, um oferece enfoque em Meio Ambiente, três em Ecoturismo, um em Hotelaria e um em Turismo Rural. Os resultados obtidos revelaram que a temática ambiental é tratada de maneira pouco aprofundada em grande parte dos cursos analisados, sendo que apenas três cursos apresentaram um nível de ambientalização curricular bastante avançado (Villa Gonzalez, 2008). A autora afirma que os profissionais do Turismo desempenham um papel importante para a definição dos rumos que a atividade turística tomará em nosso país e quais contribuições poderão trazer para o alcance de novas formas de relação sociedade-natureza. Assim, Villa Gonzalez (2008) destaca que a relação da dimensão ambiental com o turismo é merecedora de mais pesquisas, principalmente em relação ao que se discute nos cursos de ensino superior. A pesquisa realizada por Bernardo (2010) verificou o grau de inserção da abordagem da sustentabilidade socioambiental nos cursos de graduação em Turismo oferecidos pelas IESs do Estado do Rio de Janeiro. Para isso, a autora fez uma análise a partir das disciplinas que tratam de sustentabilidade, para identificar a visão preponderante na formação dos bacharéis em Turismo. Entre os resultados do estudo, verificou que a abordagem predominante da temática ambiental é a naturalista, ou seja, que enfatiza os aspectos biológicos e técnicos em detrimento da complexidade da questão ambiental em seus aspectos sociocultural e suas dimensões ética e política. A autora também destacou a necessidade de formação para a sustentabilidade socioambiental para os docentes (Bernardo, 2010).

A EA assume o compromisso de construir uma consciência para a compreensão da relação e da interação dos indivíduos com o ambiente e, se bem desenvolvida e aplicada, pode contribuir para a reflexão e a mudança de comportamentos individuais e coletivos em torno do tema. Para Dias (2003), a educação ambiental é “um processo por meio do qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade” (Dias, 2003, p. 100). Nesse sentido cabe a contribuição de Coimbra (2011), afirmando que:

[...] a Educação Ambiental apresenta-se, hoje, como um modelo de Educação que pode contribuir com as mudanças estruturais necessárias e prementes ao mundo, envolvendo estilos sustentáveis de vida, ética, padrão cultural e equidade compatíveis com a Sustentabilidade (Coimbra, 2011, p. 25).

Portanto, é possível perceber a importância da abordagem da educação ambiental como um elemento para a construção e o exercício da cidadania, como processo educativo formal e não-formal contando com a participação de toda a sociedade, em especial as instituições de ensino e os empreendimentos. Além disso, é válido ressaltar o papel da mesma ao longo da formação profissional de cada indivíduo, sendo desenvolvida processualmente e de forma continuada

para que sejam fomentadas reflexões, posturas e atitudes críticas com relação à dimensão ambiental.

## **METODOLOGIA**

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo exploratória. Inicialmente, realizou-se pesquisa *on line* no site Capes e foram identificados oito Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na área do Turismo, vigentes no Brasil: Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, da Universidade Estadual do Ceará [UECE]; Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi [UAM]; Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade de Brasília [UnB]; Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná [UFPR]; Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade do Rio Grande do Norte [UFRN]; Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade de São Paulo [USP]; Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul [UCS] e o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, da Universidade do Vale do Itajaí [UNIVALI]. É necessário destacar que os Programas possuem periódicos eletrônicos vinculados, com exceção do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Uece.

Os periódicos analisados estão disponíveis em meio eletrônico e o critério de seleção dos mesmos foi estabelecido pelo vínculo com os Programas referidos. Além dos periódicos desses Programas, também se optou pela busca na Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo [RBTur] por ser a publicação editada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (Anptur). Outra questão relevante refere-se ao período analisado, 1990 - 2014. O recorte justifica-se por ser 1990 o primeiro ano de edição da Revista Turismo em Análise, associada ao Programa da USP, e o ano de 2014 por ser o último ano com as edições encerradas dos periódicos em questão. Sendo assim, tem-se o total de oito periódicos analisados, sendo sete vinculados aos PPGs em Turismo e um vinculado à Anptur.

A RBTur foi criada em 2007 e possui como objetivo de disseminar pesquisas e estudos originais, promovendo análise, discussão e reflexão no tema Turismo e áreas afins, como Antropologia, Administração, Geografia, Hospitalidade, Lazer, entre outras. A periodicidade é quadrimestral e o Conselho Editorial é composto por professores e pesquisadores vinculados a universidades e centros de pesquisa do Brasil e do exterior<sup>5</sup>. A Revista Hospitalidade é vinculada ao PPG em Hospitalidade da UAM. Lançada em 2004, possui periodicidade semestral, publicando artigos, ensaios, informações sobre pesquisas em andamento e resenhas de livros. Também apresenta todos os resumos das dissertações e teses defendidas no Programa. Tem como objetivo reunir reflexões e pesquisas científicas referentes à temática da hospitalidade em todas as suas vertentes<sup>6</sup>. A Revista Cenário foi lançada em 2013 e é uma publicação semestral vinculada ao PPG em Turismo da UnB. Os trabalhos publicados pela referida revista possuem foco na interdisciplinaridade. São estudos e pesquisas na área de Turismo, relacionados com vertentes afins<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (2015). *Histórico do Periódico*. Recuperado de <http://www.rbtur.org.br/rbtur/about/history>

<sup>6</sup> Revista Hospitalidade (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://revhosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/about/editorialPolicies#focusAndScope>

<sup>7</sup> Revista Cenário (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/about/editorialPolicies#focusAndScope>



A Revista Turismo e Sociedade, associada ao PPG em Turismo da UFPR, iniciou sua circulação em 2008 e possui publicação semestral. Tem como missão e objetivos “publicar estudos, pesquisas e relatos de experiência de docentes, pesquisadores e profissionais na área de Turismo, oportunizar um espaço acadêmico que proporcione reflexões e ampliação de conhecimentos, além de apresentar estudos, trabalhos e resultados de pesquisa da área de Turismo e de áreas afins”<sup>8</sup>. A Revista de Turismo Contemporâneo é vinculada ao PPPG em Turismo da UFRN. Lançada em 2013, apresenta como missão “contribuir para a construção do conhecimento científico na área de Turismo, por meio da divulgação de estudos e pesquisas de alto nível de qualidade, que possam subsidiar o profundo entendimento da área, promovendo o senso crítico e a reflexão, e fundamentando as atividades acadêmicas e práticas dos diversos setores do Turismo”<sup>9</sup>. A Revista Turismo em Análise é associada ao PPG em Turismo da USP. Sua circulação começou no ano de 1990, editada pelo Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da instituição. Desde 2008 é disponibilizada em formato eletrônico, cuja periodicidade é quadrimestral. Sua missão é “ser um conceituado meio de difusão periódica de pesquisas, experiências científicas e estudos desenvolvidos por docentes, pesquisadores e profissionais na área de Turismo, Lazer e Hospitalidade”<sup>10</sup>.

A Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, associada ao PPG em Turismo e Hospitalidade da UCS, é um periódico acadêmico de divulgação eletrônica cujas edições iniciaram em 2009. Os temas abordados discorrem sobre aspectos relacionados ao Turismo, com foco na disponibilização de informações acerca da hospitalidade, gestão, cultura, meio ambiente, educação e epistemologia. São publicados trabalhos em formatos variados, como artigos, *cases*, resenhas críticas, memória, ensaios e opinião com objetivo de aprofundar a reflexão acerca do Turismo de forma transdisciplinar. A Revista também publica periodicamente volumes no formato Dossiê, associando a agilidade do periódico eletrônico com uma análise mais aprofundada<sup>11</sup>. A Revista Turismo Visão e Ação foi lançada em 1998 e tem como missão “a divulgação de trabalhos técnico-científicos que contribuam para a geração do conhecimento na área de Turismo no Brasil”. Possui publicação quadrimestral de trabalhos como artigos, resenhas de livros, resumos de dissertações e teses e relatos de eventos, que abordem uma perspectiva inovadora, considerando a interdisciplinaridade do Turismo<sup>12</sup>.

Para atingir o objetivo proposto na presente pesquisa, foi utilizada a expressão exata ‘Educação Ambiental’ nos idiomas português, inglês e espanhol, como critério para a busca de artigos nas referidas revistas, selecionando o campo ‘Resumo’, por ser um elemento importante de procura inicial do conhecimento de determinada área. Segundo a NBR 6028 (ABNT, 2003) o resumo é um elemento pré-textual de um trabalho acadêmico definido como “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento” (p.1). Ainda de acordo com

<sup>8</sup>Revista de Turismo e Sociedade (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/turismo/about/editorialPolicies#focusAndScope>

<sup>9</sup>Revista de Turismo Contemporâneo (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://incubadora.ufrn.br/index.php/turismocontemporaneo/about/editorialPolicies#focusAndScope>

<sup>10</sup>Revista Turismo em Análise (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/about/editorialPolicies#focusAndScope>

<sup>11</sup>Revista Rosa dos Ventos (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/about/editorialPolicies#focusAndScope>

<sup>12</sup>Revista Turismo Visão e Ação (2015). *Foco e Escopo*. Recuperado de <http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/about/editorialPolicies#focusAndScope>

essa norma técnica, o resumo deve “ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento” (ABNT, 2003, p. 2). Todos os artigos identificados por meio do campo de busca ‘Resumo’ nas Revistas foram analisados, verificando se a EA estava contemplada como objeto de investigação ou apenas citada no texto.

## RESULTADOS

Foi possível verificar que dos oito Programas recomendados pela Capes, sete apresentam periódicos vinculados aos mesmos, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1: Periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo no Brasil e a Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**

INSTITUIÇÃO	UF	PROGRAMA OU ASSOCIAÇÃO	PERIÓDICO	ANO DE INÍCIO
ANPTUR	-	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	2007
UAM	SP	Hospitalidade	Revista Hospitalidade	2004
UNB	DF	Turismo	Revista Cenário	2013
UFPR	PR	Turismo	Revista Turismo e Sociedade	2008
UFRN	RN	Turismo	Revista de Turismo Contemporâneo	2013
USP	SP	Turismo	Revista Turismo em Análise	1990
UCS	RS	Turismo e Hospitalidade	Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade	2009
UNIVALI	SC	Turismo e Hotelaria	Revista Turismo – Visão e Ação	1998

**Fonte:** Capes (2015) adaptado pelas autoras.

Realizada a busca nos endereços eletrônicos dos periódicos constata-se que foram publicados na RBTur oito volumes, totalizando 24 números e 185 trabalhos [artigos, resenhas e relatos de eventos]. Já a Revista Hospitalidade apresenta 11 volumes, totalizando 18 números e 148 trabalhos entre os anos 2005 a 2014. A Revista Cenário publicou no período de 2013 a 2014 o total de dois volumes e três números, totalizando 27 trabalhos. A Revista Turismo e Sociedade publicou 154 trabalhos distribuídos em sete volumes e 18 números. A Revista de Turismo Contemporâneo publicou 21 trabalhos em dois volumes e três números. Na Revista Turismo e Análise, editada desde 1990, foram publicados 25 volumes, totalizando 56 números e 506 trabalhos até a última edição de 2014. Foram publicados ainda seis volumes referentes à Revista Rosa dos Ventos no período de 2009 a 2014, totalizando 18 números e 196 trabalhos, contabilizando artigos, ensaios, *cases*, resenhas críticas, entre outros. Já a Revista Turismo Visão e Ação apresenta 16 volumes publicados, 47 números e 415 trabalhos [artigos, resenhas, resumos e casos de ensino].

Referente aos artigos que contemplam a expressão ‘Educação Ambiental’ no campo Resumo, constatou-se que na Revista Cenário, na Revista de Turismo Contemporâneo e na Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade não há publicações relacionadas à temática Educação Ambiental como objeto de estudos. Já a busca realizada na RBTur, apontou um único artigo, elaborado por Denicol e De Conto (2014) e intitulado “A Educação Ambiental como objeto de estudos nos programas *stricto sensu* em Turismo no Brasil (período 1997-2011)”. O referido artigo é resultado do trabalho de dissertação desenvolvido em 2013 no Programa de Pós-

Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, e registra a lacuna existente na produção do conhecimento acerca da EA nos Programas de Pós-Graduação em Turismo. Na Revista Hospitalidade a busca resultou em três trabalhos. Entretanto, após a leitura e análise dos resumos dos trabalhos apontados, verificou-se que apenas um artigo possui a Educação Ambiental como objeto de estudo. O referido artigo foi desenvolvido por Guzman e Fernandez (2013) e é intitulado: “La educación ambiental: Un instrumento para el turismo sustentable”. Os autores fizeram uma reflexão sobre o papel da EA no desenvolvimento para um Turismo sustentável, o qual estimula uma mudança de atitudes e comportamentos desde os turistas, até as empresas e autoridades envolvidas. Além disso, destacam as contribuições da atividade turística para a educação ambiental informal (Guzman & Fernandez, 2013).

Já na Revista Turismo e Sociedade a busca registrou um artigo contemplando a EA como objeto de estudo, intitulado “O turismo rural pedagógico focado na educação ambiental como ferramenta complementar do ensino fundamental”, elaborado por Vianna (2014). O trabalho teve como objetivo analisar as questões referentes ao turismo rural pedagógico e como ele pode tornar-se um mecanismo eficaz na complementação do ensino da Educação Ambiental. A autora realizou um estudo de campo em uma propriedade rural agroindustrial situada no município de Rio Azul [PR], apresentando possíveis atividades de aprendizado que poderiam ser desenvolvidas na referida propriedade por alunos do ensino fundamental. Vianna (2014) evidenciou que a EA pode ser considerada como uma fonte enriquecedora, conscientizadora e também transformadora dos valores humanos (Vianna, 2014). Na Revista Turismo Visão e Ação, a busca resultou em um total de 12 trabalhos no período de 1998 a 2014. Porém, após a leitura e análise dos 12 resumos, constatou-se que efetivamente apenas um trabalho contempla a Educação Ambiental como objeto de estudo: “Educación Ambiental, itinerários turísticos e sostenibilidad” de Fernandez e Guzman (2004). O estudo apresenta uma análise dos possíveis impactos do Turismo e a necessidade de se desenvolver a atividade de uma maneira sustentável. Nesse sentido, os autores afirmam que por meio da Educação Ambiental é possível alcançar esse desenvolvimento, como uma forma de sensibilizar os turistas sobre a importância de preservar o meio ambiente (Fernandez & Guzman, 2004).

Conforme a Tabela 2 verifica-se a partir da pesquisa um total de 1652 trabalhos publicados nos periódicos eletrônicos analisados. Entretanto, através da busca da expressão “Educação Ambiental” no campo “Resumo” e após a leitura e análise dos trabalhos apontados, identificou-se apenas quatro trabalhos que contemplam a EA como objeto de estudo.

**Tabela 2: Total de trabalhos publicados acerca da Educação Ambiental como objeto de estudo**

Periódico eletrônico	Número de trabalhos publicados (até 2014)	Trabalhos de Educação Ambiental
RBTur	185	1
Revista Hospitalidade	148	1
Revista Cenário	27	NI
Revista Turismo e Sociedade	154	1
Revista de Turismo Contemporâneo	21	NI
Revista Turismo em Análise	506	NI
Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade	196	NI
Revista Turismo – Visão e Ação	415	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.652</b>	<b>4</b>

**Fonte:** Elaboração própria (2015). **NI:** Não identificado

Constata-se ainda, a partir dos dados apresentados, que três instituições de ensino socializam o conhecimento sobre educação ambiental: Universidade de Caxias do Sul (Denicol & De Conto, 2014); Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina (Fernandez & Guzman, 2004; Guzman & Fernandez, 2013) e o Instituto Superior de Aprendizagem Multidisciplinar de Irati, Irati-PR (Vianna, 2014).

## CONCLUSÃO

A análise dos periódicos associados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo permitiu, por meio da procura no campo Resumo, descrever o que vem sendo produzido e socializado sobre Educação Ambiental. Dos oito periódicos analisados, em quatro constam artigos que versam sobre a EA como objeto de estudo. Do total de 1.652 trabalhos publicados no período de 1990 a 2014, quatro artigos [que representam 0,24% do total de trabalhos] estão distribuídos em quatro periódicos [RBTur, Revista Hospitalidade, Revista Turismo e Sociedade e Revista Turismo Visão e Ação]. Há apenas cinco autores distribuídos em três instituições de ensino participando dessa socialização do conhecimento, sendo duas do Sul do Brasil e uma da Argentina.

Considerando as relações que se estabelecem entre EA e Turismo, os resultados permitem concluir que há uma escassez de estudos sobre a temática pela análise das publicações. Nessa direção, cabe destacar o que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), que incumbe às instituições educativas promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Também, destaca-se do artigo oitavo desta Lei entre as atividades vinculadas à PNEA e que diz respeito às instituições de ensino superior e em especial aos programas de pós-graduação, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações. As ações nesse sentido podem voltar-se ao desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a temática ambiental (Brasil, 1999). Nessa perspectiva, cabe destacar as contribuições de Botomé (1987), o qual analisa a produção e socialização do conhecimento em Educação: “A produção de conhecimento científico e o acesso a esse conhecimento são condições fundamentais para a realização do desenvolvimento social e econômico de qualquer nação ou comunidade menor” (Botomé, 1987, p. 517).

Obviamente cada área, instituição, cientista, professor, jornalista, administrador etc. tem responsabilidade e tarefas específicas no trabalho para tornar o conhecimento existente acessível a todos. A variedade de estudos, pesquisas, relatos de experiências, análises críticas, com as consequentes variações de metodologia e de explicações (mais ou menos teóricas), constituirá um patrimônio fundamental para cada nação e para a humanidade. Esse patrimônio também deve se constituir em objeto de estudo para que, com facilidade maior e cumulativamente, se avance, trabalhando com visibilidade crescente sobre onde é mais importante dedicar esforços, o que não se está fazendo, que possíveis distorções estão ocorrendo, onde incentivar novas pesquisas etc (Botomé, 1987, p. 517).

Assim, como continuidade desses estudos e procurando o estabelecimento das responsabilidades dos pesquisadores e das instituições de ensino superior (ambiental, econômica e social), sugere-se identificar e analisar como os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo recomendados pela Capes internalizam a temática Educação

Ambiental em seus grupos de pesquisa, linhas de pesquisa, projetos e disciplinas, no sentido de identificar as tendências e afinidades entre os diferentes Programas e estimular a socialização do conhecimento para beneficiar o desenvolvimento sustentável dos diferentes setores da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- Acre, D. M., & Castilho, F. R. (2013). Gestão ambiental aplicada ao setor gastronômico: proposta para Dourados-MS. *Revista Rosa dos Ventos*, 5(2), 248-263.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003). *NBR 6028: Informação e documentação – resumo - apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT.
- Batista, M. do S. S. (2014). O espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Dossiê Educação Ambiental, p.179-192.
- Bernardo, M.D.D.G. (2010). *Formação para sustentabilidade na perspectiva socioambiental nos cursos de bacharelado em Turismo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estácio de Sá). Recuperado de [http:// portal.estacio.br/media/.../maria-das-dores-garcia-bernardo-completa.pdf](http://portal.estacio.br/media/.../maria-das-dores-garcia-bernardo-completa.pdf)
- Botomé, S.P. (1987). A universidade como objeto de estudo: III Conferência Científica Internacional sobre Educação Superior, realizada em Havana. *Ciência e Cultura*, 39(5-6), 517-525.
- Brasil. (1999). *Lei nº 9.795*, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)
- Brasil (2010). *Resolução nº 422*, de 23 de março de 2010. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências. Recuperado de <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622>
- Cabral, E.R.; Dias, J.S. & Gomes, S.C. (2015). Gestão ambiental em espaços de lazer e turismo: as praias urbanas da Amazônia brasileira. *Revista Rosa dos Ventos*, 7(2), 254-272.
- Coimbra, D. B. (2011). *Abordagens e limitações da educação ambiental no ensino superior: percepções a partir da disciplina de gestão ambiental nos cursos de graduação em administração na cidade de Fortaleza-CE* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará). Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2607>
- De Conto, S.M. (2010). Gestão de resíduos em universidades: uma complexa relação que se estabelece entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica e mudanças, comportamentais. In S.M. De Conto (Org.), *Gestão de resíduos em universidades* (pp. 17-32). Caxias do Sul: EDUCS.
- Dencker, A. F. M. (2003). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura.

- Denicol, M.S.G.M. & De Conto, S.M. (2014). A educação ambiental como objeto de estudos nos programas stricto sensu em turismo no Brasil (período 1997- 2011). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(3), 494-513.
- Denicol, M.S.G.M. (2013). *A educação ambiental como objeto de estudos nos programas stricto sensu em turismo no Brasil (período 1997-2011)* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul), Caxias do Sul, RS.
- Denicol, M.S.G.M., De Conto, S.M. & Kunz, J. G. (2012). A Educação ambiental como objeto de estudo no seminário de pesquisa em turismo do Mercosul - SeminTur. In *Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, Caxias do Sul-RS, Universidade de Caxias do Sul, 7.
- Dias, G.F. (2003). *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia.
- Fernandez, G. & Guzman, A.R. (2004). Educación ambiental, itinerarios turísticos y sostenibilidad. *Revista Turismo Visão e Ação*, 6(2), 171-185.
- Guzman, A.R. & Fernandez, G. (2013). La educación ambiental: un instrumento para el turismo sustentable. *Revista Hospitalidade*, 10(2), 296-312.
- Jacobi, P. (1999). Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, 8(1), 31-48.
- Bernardelli Junior, J. M. B. et al. (2014). Sistemas de gestão ambiental na operação dos empreendimentos hoteleiros. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(4), 564-582.
- Köche, J. C. (2013) *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kraemer, M.E P. (2004). A universidade do século XXI: rumo ao desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 3(2).
- Kunz, J.G.; De Conto, S.M. & Demori, M.K. (2015). A geração de resíduos sólidos aeroportuários e suas interfaces com o turismo: o caso do Aeroporto Hugo Cantergiani, Caxias do Sul-RS, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 9(1), 59-75.
- Leme, F. B. M. (2009). Educação ambiental e turismo: uma formação holística, interdisciplinar e de futuros educadores. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 18, 92-106.
- Lobo, H. A. S. (2008). Ênfase ambiental nos Cursos de Bacharelado em Turismo no Brasil. *Revista Turismo Visão e Ação*, 10(2), 286-305.
- Luzzi, D. (2012). *Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca*. Barueri, SP: Manole.
- Ministério do Meio Ambiente (2014). *Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)*. Recuperado de [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea\\_4edicao\\_web-1.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf)
- Peloso, A.C., Oliveira, L.F.A., Tabuti, O.T. & Polidório, G.R.S. (2013). Sustentabilidade Ambiental: uma análise bibliométrica. *Encontro de Iniciação Científica das Faculdades*

*Integradas Antonio Eufrásio De Toledo, Presidente Prudente, 9(9), 1-8. Recuperado de <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/3405/3160>*

Reigota, M. (2007). O estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil. *Pesquisa em Educação Ambiental, 2(1)*, 33-66.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Schlüter, R. G. (2005). *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.

Souza, D. C. de. (2010). *Cartografia da educação ambiental nas pós-graduações Stricto Sensu Brasileiras (2003-2007): ênfase na pesquisa das áreas de Educação e de Ensino de Ciências sobre formação de professores* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina). Recuperado de [http://www.uel.br/pos/mecem/arquivos/resumo\\_abstract/Daniele%20Cristina%20de%20Souza/danielesouza\\_PECCEM\\_2010.PDF](http://www.uel.br/pos/mecem/arquivos/resumo_abstract/Daniele%20Cristina%20de%20Souza/danielesouza_PECCEM_2010.PDF)

Souza, D.C. & Salvi, R. F. (2011). Um mapeamento da pesquisa em Educação Ambiental nas pós-graduações Stricto Sensu no Brasil (2003-2007). *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 26*, 322-337.

Souza, C.A.de & Alvares, R.C.S. (2014). Certificação sustentável em meios de hospedagem – caso da certificação NBR 15401 no Brasil. *Revista Rosa dos Ventos, 6(4)*, 531-545.

Souza, M. T. S. de, Júnior, C. M., Parisotto, I. R. dos S., & Silva, H. H. M. (2013). Estudo bibliométrico de teses e dissertações em Administração na dimensão ambiental da sustentabilidade. *Revista Eletrônica de Administração, 19(3)*.

Sperb, M.P. & Telles, D.H.Q. (2014). Gestão de resíduos sólidos e turismo: o tratamento dado por meios de hospedagem e pelo setor público na Ilha do Mel, PR. *Revista Rosa dos Ventos, 6(4)*, 603-622.

Tauchen, J. & Brandli, L.L. (2006). A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção, 13(3)*, 503-515.

Tomazello, M.G.C. (2005). Reflexões acerca das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental do período de 1987-2001. *Ensenanza de Las ciencias*, número extra.

Vianna, T.E. (2014). O turismo rural pedagógico focado na educação ambiental como ferramenta complementar do ensino fundamental. *Turismo & Sociedade, 7(4)*, 778-797. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v7i4.36366>

Villa Gonzalez, L. T. (2008). *A temática ambiental e os cursos superiores de turismo do Estado de São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista). Recuperado de <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/56531>

Recebido: 13 dez 2015

Avaliado: mar / abr.

Revisões pelos Autores: mai - jun

Aceito: 4 jun 2016

